

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 4/2019-PGJ, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Altera a Resolução nº 007/2015-PGJ, de 17 de abril de 2015.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CNMP nº 171, de 27 de junho de 2017, que institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP);

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver uma cultura de segurança no âmbito do Ministério Público;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) ocorrida na Reunião nº 96, de 8 de novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 3º da Resolução nº 007/2015-PGJ, de 17 de abril de 2015, passa a vigorar com nova redação do inciso XIV, retificada a numeração de seu último inciso e acrescidos os incisos XXVI e XVII, conforme abaixo:

“XIV – comunicação instantânea: conversação em tempo real, em grupo ou privada, via intranet, por meio de aplicativo;

(...)

XXV – decryptografia: (...);

XXVI – usuário comum (banco de dados): usuário de desenvolvedor, auditor ou administrador de banco de dados;

XXVII – usuário de sistema (banco de dados): usuário utilizado pela aplicação para realizar a manutenção de seus dados.” (NR)

Art. 2º O art. 13, *caput* e incisos IV, V e VII, da Resolução nº 007/2015-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Estarão sujeitos a controle e monitoramento pelo Departamento de Infraestrutura e Tecnologia da STI, entre outros, os seguintes eventos:

(...)

IV – no correio eletrônico institucional: registros de entrada e saída de mensagens, decryptografia automática por meio de firewall de modo a evitar riscos à segurança institucional, vedado o monitoramento e controle do conteúdo da mensagem;

V – no uso da internet ou intranet: login do usuário, endereços demandados, acessados ou não, identificação do equipamento utilizado, download e upload, mediante decryptografia automática por meio de firewall de modo a evitar riscos à segurança institucional;

VII – na comunicação instantânea: logon e logoff, status do usuário, tempo da sessão, decryptografia automática por meio de firewall de modo a evitar riscos à segurança institucional, vedado o monitoramento e controle do conteúdo da mensagem;” (NR)

Art. 3º O Anexo I da Resolução nº 007/2015-PGJ passa a vigorar com os seguintes dispositivos e redação:

“1.5.7 Utilizar, na rede interna do MPMS, senha idêntica às utilizadas em outros sites e serviços fora da Instituição;” (NR)

(...)

“2.1.3.2 A senha de acesso deverá ser obrigatoriamente complexa, com no mínimo oito caracteres, mediante o uso de letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais, expirando automaticamente a cada 180 dias;” (NR)

“3.5 Cabe ao Departamento de Infraestrutura e Tecnologia o controle das capacidades desses diretórios e dos tipos de arquivos que poderão ser gravados nessas áreas, promovendo a exclusão de arquivos nas hipóteses do item 3.4, no prazo de 48 horas após notificado, por qualquer meio, o responsável pelo diretório da rede do MPMS;” (NR)

“5.11.6 O uso inadequado do correio eletrônico institucional compreende seu uso para troca de mensagens de cunho pessoal, assim como a troca de mensagens contendo.” (NR)

“6.3.1 O uso do acesso à internet e intranet poderá ser controlado e monitorado mediante decriptografia automática por firewall de modo a garantir a segurança e evitar riscos à segurança institucional;

6.3.2 Com o fim de garantir o pertinente sigilo, não serão decriptografados os serviços bancários e financeiros; (...)

6.3.3.3 O uso de proxies/VPN ou qualquer tecnologia que tenha como objetivo evitar/despistar os recursos de segurança de tecnologia da informação.” (NR)

“7.6 O acesso aos repositórios de código-fonte de aplicações deverá ser realizado por conexão criptografada, mediante autenticação em base de usuários centralizada.

Os arquivos de código-fonte armazenados nos repositórios não deverão conter senhas de acesso de nenhum tipo.

Os projetos armazenados em repositórios de código-fonte deverão ser privados.

Poderão ser disponibilizados projetos públicos, caso não contenham conteúdo, lógica de negócio ou demais informações sigilosas.

Os novos projetos de desenvolvimento ou aquisição de sistemas deverão contemplar as especificações do item 7.6.1, e os projetos legados deverão ser adequados quando tecnicamente possível.

Os usuários de bancos de dados utilizados por aplicações na Instituição, poderão ser divididos em usuários comuns e usuários de sistema.

Cada sistema deverá utilizar usuário específico, com permissões restritas às atribuições do usuário.

Todas as operações que resultem em alterações em bancos de dados de produção realizadas por usuários diferentes dos usuários de sistema deverão ser auditadas e armazenadas pelo período mínimo de 7 dias, quando tecnicamente possível.

Deverá ser utilizado software ou equipamento especializado na segurança de aplicações web (web application firewall) ou no balanceamento de carga, capaz de registrar e manter armazenados, no mínimo, IP do cliente, IP do servidor e caminho dos recursos solicitados.

Caso não haja disponibilidade, os servidores web devem manter individualmente registros para auditoria, contendo, no mínimo, IP do cliente e caminho dos recursos solicitados, e os projetos legados deverão ser adequados quando tecnicamente possível.

Os acessos aos recursos de rede, inclusive à internet, serão armazenados em equipamento especializado, respeitando a especificação do limite prudencial de armazenamento.

7.9 Os demais casos não previstos nesta Política de Segurança deverão ser direcionados ao CETI para apreciação.” (NR)

Art. 4º A tabela do item 6.8 do Anexo I da Resolução nº 007/2015-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
1. Abortion	Informações, questões jurídicas e organizações sobre o aborto.
2. Marijuana	Cultivo, preparação ou uso de maconha (<i>Cannabis sativa</i>).
3. Drug abuse	Atividades de drogas ilegais.
4. Child abuse	Imagens de crianças em estado de abuso.
5. Other adult materials	Apresentação ou promoção de sexualidade, clubes de <i>striptease</i> , <i>sex shops</i> , etc.
6. Pornography	Exibição de atos sexuais com a intenção de excitar sexualmente.
7. Alcohol	Promoção ou venda de produtos e acessórios relativos a bebidas alcoólicas.
8. Tobacco	Promoção ou venda de produtos e acessórios relativos a tabaco.
9. Auction	Promoção ou venda <i>online</i> de bens e serviços em geral.
10. Business	<i>Sites</i> de empresas, associações comerciais, grupos setoriais ou empresas em geral.
11. Web analytics	Coleta/avaliação de dados de tráfego da <i>web</i> .
12. Online meeting	Ferramentas de reuniões e conferências <i>online</i> .
13. Remote access	Ferramentas de suporte remoto.
14. Information and computer security	Informações sobre segurança da informação (<i>virustotal.com</i>).
15. Information Technology	Informações sobre Tecnologia da Informação.
16. Content servers	Servidores de imagens e arquivos estáticos.
17. Dating	Comunicação pela internet, geralmente com o objetivo romântico ou sexual.
18. Education	<i>Sites</i> de escolas, instituições de ensino e instituições de pesquisa.
19. Arts and culture	Informações sobre artes plásticas e eventos culturais.

20. <i>Entertainment</i>	Guias de música e programação, programas de rádio e televisão, etc.
21. <i>Personal privacy</i>	Serviços bancários <i>online</i> , comércio e assistência médica.
22. <i>Finance and banking</i>	Notícias/cotações sobre ações, títulos e outros veículos de investimento.
23. <i>Gambling</i>	Jogos de azar.
24. <i>Games</i>	Jogos <i>online</i> , <i>videogames</i> , jogos de RPG, etc.
25. <i>Government and legal organizations</i>	Conteúdos governamentais.
26. <i>Spam URLs</i>	<i>Sites</i> cujas URLs são encontradas em <i>e-mails</i> de <i>spam</i> .
27. <i>Hacking</i>	Atividades ilícitas relacionadas a programas, computadores, equipamentos ou <i>sites</i> .
28. <i>Medicine</i>	Medicamentos aprovados e seu uso médico, incluindo-se compras <i>online</i> .
29. <i>Health and wellness</i>	Qualidade de vida e saúde pessoal.
30. <i>Sports hunting and war games</i>	Caça esportiva, jogos de guerra, instalações de <i>paintball</i> , etc.
31. <i>Internet telephony</i>	<i>Sites</i> que permitam comunicações telefônicas pela internet.
32. <i>Job search</i>	Procura de emprego ou empregados.
33. <i>Malicious websites</i>	<i>Sites</i> capazes de infectar o usuário com vírus de computador.
34. <i>Armed forces</i>	Forças armadas e militares.
35. <i>Personal vehicles</i>	Venda de automóveis, barcos, aviões, motocicletas, etc.
36. <i>News and media</i>	Jornais, revistas de circulação geral ou outras mídias.
37. <i>Nudity and risque</i>	Conteúdo adulto sem a intenção de excitar sexualmente.
38. <i>File sharing and storage</i>	Armazenamento de arquivos pessoais ou compartilhamento, como fotos.
39. <i>Domain parking</i>	<i>Sites</i> que simplesmente são proprietários de domínios sem conteúdo significativo.
40. <i>Peer-to-peer file sharing</i>	<i>Sites</i> que permitem aos usuários compartilhar arquivos e armazenamento de dados entre si.
41. <i>Digital postcards</i>	<i>Sites</i> para envio/visualização de cartões postais digitais.
42. <i>Newsgroups and message boards</i>	Grupos de discussão e fóruns <i>online</i> , incluindo-se <i>blogs</i> .
43. <i>Personal websites and blogs</i>	Informações pessoais, opiniões e ideias dos proprietários.
44. <i>Advocacy organizations</i>	Campanhas por uma causa, promovendo a conscientização pública.
45. <i>Political organizations</i>	Partidos políticos e grupos de interesse com foco em eleições ou legislação.
46. <i>Phishing</i>	Páginas da <i>web</i> falsificadas que duplicam as de negócios legítimos.
47. <i>Dynamic DNS</i>	<i>Sites</i> amadores, geralmente hospedados em casa.
48. <i>Proxy avoidance</i>	Ferramentas para ignorar controles de acesso à internet.
49. <i>Real estate</i>	<i>Sites</i> que promovem a venda ou aluguel de imóveis.
50. <i>Society and lifestyles</i>	Vida cotidiana, como jardinagem, animais de estimação, periódicos, <i>blogs</i> , etc.
51. <i>Reference</i>	Bibliotecas, dicionários, enciclopédias, mapas, diretórios, padrões, etc.
52. <i>Alternative beliefs</i>	Religiões não especificadas em Religiões Tradicionais.
53. <i>Folklore</i>	Óvnis, adivinhação, horóscopos, leitura de mãos, histórias de fantasmas, etc.
54. <i>Global religion</i>	Budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo, judaísmo, ateísmo, etc.
55. <i>Search engines and portals</i>	Pesquisas na <i>web</i> .
56. <i>Sex education</i>	Informações sobre sexo e sexualidade, sem utilizar materiais pornográficos.
57. <i>Freeware and software downloads</i>	<i>Downloads</i> de <i>softwares</i> .
58. <i>Shopping</i>	Promoção/venda <i>online</i> de bens e serviços em geral.
59. <i>Instant messaging</i>	Mensageiros eletrônicos (WhatsApp, Telegram).
60. <i>Web chat</i>	<i>Sites</i> de bate-papo.
61. <i>Social networking</i>	Redes sociais.
62. <i>Restaurant and dining</i>	Restaurantes, incluindo locais, análises de alimentos, receitas, etc.
63. <i>Charitable organizations</i>	Organizações de natureza filantrópica.
64. <i>Sports</i>	Esportes recreativos e <i>hobbies</i> ativos, como pesca, caça, corrida, canoagem, etc.
65. <i>Brokerage and trading</i>	Negociação de valores mobiliários e gestão de investimentos.
66. <i>Streaming media and download</i>	Vídeos, músicas ou outros arquivos multimídia.
67. <i>Internet radio and TV</i>	Rádio ou TV pela internet.
68. <i>Lingerie and swimsuit</i>	Imagens de modelos seminus em <i>lingerie</i> , roupas íntimas e trajes de banho.
69. <i>Travel</i>	Viagens, acomodações, transporte, agências, locais de <i>resorts</i> , atrações turísticas, etc.
70. <i>Weapons (sales)</i>	Promoção/venda legal de armas de fogo, facas, rifles, explosivos etc.
71. <i>Advertising</i>	Publicidade/anúncios, incluindo servidores de anúncios.

72. <i>Web hosting</i>	Serviços de hospedagem de <i>sites</i> .
73. <i>Web-based email</i>	Serviços de correio eletrônico.
74. <i>Meaningless content</i>	Páginas sem conteúdo ou com conteúdo ambíguo.
75. <i>Dynamic content</i>	Endereços gerados automaticamente por <i>sites</i> e sistemas na internet.
76. <i>Secure websites</i>	Conteúdo não identificado pois exige senha para acesso.
77. <i>Discrimination</i>	Conteúdo discriminatório.
78. <i>Extremist groups</i>	Grupos extremistas.
79. <i>Explicit violence</i>	Brutalidade, morte, crueldade, atos de abuso, mutilação, etc.
80. <i>Illegal or unethical</i>	Métodos ou instruções sobre ações fraudulentas ou conduta ilícita.
81. <i>Plagiarism</i>	Venda de projetos ou diplomas escolares.
82. <i>Newly observed domain</i>	<i>Sites</i> recém-encontrados pelo mecanismo de classificação.
83. <i>Newly registered domain</i>	<i>Sites</i> recém-registrados.
84. <i>General organizations</i>	Grupos, clubes ou organizações de indivíduos com interesses semelhantes.
85. <i>Child education</i>	Educação para crianças
86. <i>Web-based Applications</i>	Sites que imitam aplicativos de área de trabalho, como processamento de texto, planilhas e apresentação de slides.

Art. 5º A tabela do item 6.9 do Anexo I da Resolução nº 007/2015-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

NÍVEL	CATEGORIAS DE ACESSO PERMITIDO
1	1, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 25, 28, 29, 32, 34, 36, 44, 45, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 64, 73, 86 (Restrição de <i>download</i> de todas extensões, exceto .doc(x), xls(x), e derivados de .pdf)
2	Nível 1 + 7, 8, 9, 10, 19, 20, 35, 41, 42, 43, 49, 50, 56, 58, 59 ¹ , 60 ¹ , 61 ¹ , 65, 66 ¹ , 67 ¹ , 69, 70, 84, 85 ¹ Limitado/Descriptografado
3	Nível 2 + 9, 58, 71
4	Nível 2 + 10, 31, 38
5	Nível 4 + 57, 59, 60, 61, 66, 67
6	Nível 5 + 2, 3, 17, 30, 57
7	Nível 6 + 26, 27, 72
8	Nível 7 + 9, 58, 79, 80
9	Nível 2 + 26, 27, 57, 72
LIBERADO	Sem restrição a nenhuma categoria.
INATIVO	Restrição de todas as categorias.
BLOQUEADO	Restrição de todas as categorias.

- Os serviços essenciais serão determinados por deliberação do CETI e terão garantia de pelo menos 80% (oitenta por cento) de prioridade de tráfego.
- As categorias 9, 19, 20, 28, 29, 30, 35, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 69 e 86 não terão prioridade de tráfego.
- As categorias 66 e 67, bem como os demais serviços de áudio e vídeo enquadrados em outras categorias, serão liberadas a partir do Grupamento 2 para acesso a videoaulas e *sites* de EaD no período das 11h às 13h, bem como acesso livre ao canal do MPMS, TV MPE, MP Notícia e *sites* governamentais.
- As categorias 66 e 67 serão liberadas para uso irrestrito a partir do Grupamento 8.
- As categorias 38, 59, 60, 61, 66 e 67 terão reserva limitada de banda na internet, para fins de priorização dos serviços essenciais.
- O acesso à categoria 61 – REDES SOCIAIS – pelos Grupamentos 2, 3, 4 e 9 será liberado para fins de busca e pesquisa, bloqueando-se os serviços de postagem, *chat*, curtidas, vídeos e demais serviços não relacionados com tarefas de busca e pesquisa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande – MS, 29 de março de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1091/2019-PGJ, DE 1º.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Inocência, no julgamento do Processo nº 0000475.42.2017.8.12.0036, no dia 3.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1048/2019-PGJ, DE 27.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar as Portarias nºs 2196/2018-PGJ, de 28.6.2018, e 3871/2018-PGJ, de 13.11.2018, de forma que, onde consta: “comporem a Comissão Mista, em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e a Defensoria Pública-Geral do Estado, na execução de projeto contra incêndio, referente ao edifício-sede das Promotorias de Justiça da Capital, bem como da Defensoria Pública e do Fórum, situados na Rua da Paz”; passe a constar: “comporem a Comissão de Acompanhamento para Promoção de Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico dos Prédios do Ministério Público Estadual”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1083/2019-PGJ, DE 29.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Ana Paula Leite da Silva, Beatriz Almeida Ribeiro, Fernanda Carneiro de Jesus, Marina Borges Soares, Nathalia Santa Catharina Poester e Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem equipe de trabalho, visando subsidiar as ações do Procurador-Geral de Justiça, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 1º.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1032/2019-PGJ, DE 26.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor João Assis Gobbo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 26.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1034/2019-PGJ, DE 26.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosângela Gomes de Oliveira Castro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a renovação de jornada especial de trabalho das 7h às 11h, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 26 de abril de 2019, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º, todos da Lei nº 1.134, de 26.3.1991, com a redação dada pela Lei nº 1.809, de 17.12.1997 (Processo PGJ/10/0838/2013).

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1043/2019-PGJ, DE 27.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Otávio Jamal Urt, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19.3 a 17.4.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1059/2019-PGJ, DE 28.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sandra Serliz da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Jardim, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça de Bonito, no período de 11 a 20.3.2019, em razão de férias, e nos dias 21 e 22.3.2019, em razão de licença compensatória referente a banco de horas do titular, Thiago Simioli Holsback.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1060/2019-PGJ, DE 28.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Jaqueline Obregão da Rosa Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 33ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.4.2019, em razão de férias da titular, Patricia Marim.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1061/2019-PGJ, DE 28.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Karla Christine Nogueira Farias, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da mencionada Comarca, no período de 10 a 29.4.2019, em razão de férias do servidor Fabricio Caciano Messias Ferreira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1062/2019-PGJ, DE 28.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º.4 a 31.5.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 9 DE ABRIL DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- Ofício nº 0159/2019/CGMP/MS, de 25.3.2019.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000457-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001801-6.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001475-3.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000603-5.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002527-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001280-0.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004578-0.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002503-9.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003575-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001055-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000672-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004298-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004029-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003905-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003141-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003758-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003677-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004259-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003542-6.

8. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003346-1.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003211-8.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000793-0.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001365-4.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001698-0.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000754-1.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000574-3.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000830-7.

6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 26.3.2019, por ausência justificada do Relator:****1. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003245-1.

2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000587-6.

3. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002411-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000034-8.

4. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001100-4.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002665-0.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000343-3.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001140-4.

b. Expedientes:**1. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001469-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001602-1.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000350-4.

6.3.3. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001708-0.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000915-0.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000756-3.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000843-0.

6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001432-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Batavporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001106-3.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000916-1.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000861-8.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000507-6.

6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000455-1.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000725-2.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003182-0.

6.3.6. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003505-9.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000671-0.

6.3.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 26.3.2019, por ausência justificada da Relatora:****1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001137-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000912-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001022-7.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000993-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001483-8.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000616-4.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000483-3.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000199-4.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001590-0.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001558-8.

b. Expedientes:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003591-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001464-9.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000260-5.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001004-9.

5. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003663-6.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000525-4.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001691-4.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000542-1.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000700-8.

6.3.8. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001313-9.

2. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000666-4.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000753-0.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000510-0.

5. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000889-8.

6.3.9. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001215-8.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000434-0.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000961-3.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000043-6.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000403-6.

6. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003540-4.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000539-8.

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000575-4.

8. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000557-6.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expediente:**

1. Ofício nº 0015/2019/7PJ/CGR, de 22.3.2018, a Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, encaminha Declaração de Conclusão do Mestrado em Garantismo e Processo Penal, com a respectiva defesa e aprovação de tese em 10.12.2018, junto à Universidade de Girona/ES, conforme decisão exarada no Processo PGJ/10/1979/2016, de 14.6.2016, publicada no DOMP nº 1304, de 23.6.2016.

7.1.2. Remoção e Promoção:**1. Processo PGJ/10/0979/2019**

Expediente: Aviso nº 5/2019/CSMP, de 26.2.2019, publicado no DOMP/MS nº 1922, de 7.3.2019.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, segunda entrância.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Thiago Bonfatti Martins, Andréa de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes, Matheus Carim Bucker, Allan Thiago Barbosa Arakaki e Fábio Adalberto Cardoso de Moraes.

Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

2. Processo PGJ/10/0980/2019

Expediente: Aviso nº 6/2019/CSMP, de 26.2.2019, publicado no DOMP/MS nº 1922, de 7.3.2019.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, e promoção, pelo critério de antiguidade, para a 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, segunda entrância.

Inscritos para remoção: Promotores de Justiça Juliana Martins Zaupa, Thiago Barbosa da Silva e Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Thiago Bonfatti Martins, Andréa de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes e Fábio Adalberto Cardoso de Moraes.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000264-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerentes: Ministério Público Estadual, Luciene de Oliveira e Maria Dalva Pardini
Requerida: Copasul Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense
Objeto: Apurar poluição ambiental por lançamento de resíduos/partículas na atmosfera.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001206-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Brasilândia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Brasilândia, ante a inobservância da Lei de Acesso à Informação.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001717-9 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000036-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande Santa Casa

Assunto: Apurar as irregularidades constatadas no Relatório de Auditoria n. 17011/2016 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS DENASUS.

5. Inquérito Civil n. 06.2017.00001711-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jeová Freitas Barbosa

Assunto: Apurar a queima de 0,93 de pastagem na fazenda Santa Tereza (parte), sem a devida autorização dos órgãos ambientais.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003375-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Polícia Militar Ambiental.

Requerido: Alcides Hiromitsu Yamakawa

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação nativa sem a devida autorização ambiental na Fazenda Santa Terezinha, em Nova Andradina/MS.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001517-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Sete Quedas

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias aos vereadores de sete quedas no ano 2017.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001512-6

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar violação à liberdade de locomoção de crianças e adolescentes.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002839-1

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Campo Grande.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000388-9

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Diretor do Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho

Assunto: Apurar irregularidades em estabelecimento prisional.

11. Procedimento Preparatório n. 06.2018.00001694-0

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 3º Serviço de Registro Civil da 3ª Circunscrição

Assunto: Apurar supostas irregularidades no reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva, em atenção aos Provimentos n. 63/2017/CNJ e 149/2017/TJMS.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001206-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse efetuado pela Prefeitura

Municipal de Jardim à Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB, conforme Lei nº 001/2018, bem como possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

13. Procedimento Preparatório nº. 06.2019.00000089-6 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

14. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003522-6

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ótica Nova Visão

Assunto: Visando ao firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Ótica Nova Visão por meio de seu administrador Hudson Mendes de Lima.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002832-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar se a Prefeitura Municipal vem cumprindo ao artigo 80 da Lei Orgânica Municipal bem como do artigo 13 da Lei de Improbidade Administrativa.

16. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000998-3

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a eventual existência de áreas institucionais sendo ocupadas indevidamente, para fins particulares.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**a. Processos retirados de pauta, na reunião do dia 26.3.2019, por ausência justificada do Relator.****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002245-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes no atraso do pagamento de salários e outras verbas de natureza alimentar aos servidores públicos do Município de Dourados.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001552-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ledy Ferla, Délia Godoy Razuk e Landmark Ferreira Rios

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação oriunda do Pregão Presencial 076/2017, em razão dos serviços contratados serem objeto da atribuição de candidatos aprovados em concurso público, que aguardam nomeação.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001296-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no controle de ponto e quadro de funcionários da Câmara Municipal de Coxim e eventuais atos de improbidade administrativa.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001509-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: F.L.D.O

Assunto: Apurar possível acumulação de cargo de membro do Legislativo Municipal e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000995-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Mundo Novo

Assunto: Apurar eventual nomeação de servidores na administração municipal, além do previsto na legislação vigente.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000670-1 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000149-8 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001023-8 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001277-0 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001606-2 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

11. Inquérito Civil nº 06.2016.0000132-8

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Casa De Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar suposta negligência da Casa da Saúde no atendimento de pessoas com deficiência, especialmente no que tange a inobservância da ordem preferencial de atendimento tanto no setor de triagem como na entrega dos medicamentos.

12. Inquérito Civil nº 06.2016.00000170-6

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual restrição aos direitos dos grupos étnicos ciganos por parte do Município de Campo Grande (MS), em virtude da proibição do estabelecimento de acampamentos dentro do perímetro urbano, conferida pela Lei Municipal n. 2909 de 28 de julho de 1992.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00000348-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa relacionado à contratação de empresa de filmagens pelo executivo municipal de Nova Andradina/MS.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002428-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade relacionada ao transporte e ao recebimento de gratificação por professores, lotados no distrito de nova casa verde, no município de Nova Andradina/MS.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000728-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sítio Ranzi- Miquéias Nunes de Souza

Assunto: Apurar a presença de danos ambientais na propriedade rural denominada Sítio Ranzi.

b. Processos:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001159-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados

Assunto: Apurar a legalidade no indeferimento da prorrogação de licença maternidade de servidora pública municipal.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000691-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos contratos de locação de veículos nº 149/2010, 150/2010 e 151/2010 firmados pelo Município de Coxim.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000719-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Coxim

Assunto: Apurar notícia de eventuais gastos excessivos com diárias pagas aos Vereadores Municipais de Coxim, para deslocamento fora do Município, em missões onde o interesse às vezes, conforme denunciado, é particular, identificando eventuais atos de improbidade administrativa.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000867-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa e substancial dano ao erário em razão da negligência nos cuidados básicos de manutenção da frota de ônibus e maquinários pertencentes ao Município de Chapadão do Sul.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000548-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Caarapó, Sr. Mário Valério

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal, Mário Valério, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, José Cláudio Poças Conegliana, nas locações de imóveis pertencentes a este.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001479-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades quanto à ausência de pagamento, por parte do Município de Dourados, das contribuições previdenciárias patronais ao regime próprio de previdência dos servidores públicos do Município de Dourados.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003081-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar a existência de eventuais atos omissivos do poder público do Município de Bonito/MS, decorrente de eventual descumprimento de requisição ministerial.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001146-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: João Cavalcante Costa

Requerido: Município de Sonora e GMB Engenharia Ltda.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no contrato administrativo nº 097/2010 (processo 047/2010), celebrado entre os requeridos visando à pavimentação asfáltica, com construção de meio-fio e sarjetas, nas ruas Dolores Milani, Av. Tancredo Neves e Rua Presidente Prudente de Moraes.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003153-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Antônio Scatolin

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente no corte raso de 187,22 hectares de vegetação nativa, sem a devida autorização do órgão ambiental, na Fazenda Carandá.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001600-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Estação Elevatória de Esgoto da SANESUL, localizada no Bairro BNH, em Coxim/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002996-8

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais da criança, no que concerne às garantias individuais da criança e o acesso à saúde.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002556-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000210-5

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: A apurar

Assunto: Acompanhar o regular andamento das eleições para o Conselho Gestor das unidades de saúde na cidade de Dourados/MS.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002170-0 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 14/2013

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requeridos: Município de Campo Grande e CTG Tropeiros da Querência Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na permissão de uso de bens públicos localizados no bairro Vilas Boas, notadamente duas praças, bem como, noticiando eventual invasão de logradouro público.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003678-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roberto Souza Gomes, Maria das Graças Gomes Acosta, Marleneide Gomes Miranda, Cláudio Souza Gomes, Américo Shimabokuro, Marlene Vicente da Silva e José Pereira da Costa

Assunto: Acompanhar o cumprimento do TAC, para regularização da área de reserva legal da chácara Retiro, localizada na zona rural do Município de

Terenos/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003594-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Levantar informações sobre o nome da propriedade e dos proprietários, bem como a existência de licenças para a atividade de desmatamento nos 31 pontos indicados na tabela do relatório do NUGEO, verificando posteriormente se é o caso de instaurar IC ou se já há IC instaurado, para, se for o caso, adotar medidas extrajudiciais e/ou judiciais, a fim de reverter o dano ambiental.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000425-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na administração pública do Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001381-7 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000359-6

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar as condições de trafegabilidade da rua Inácio Subtil de Oliveira, bairro Julia cardinal, bem como a acessibilidade do respectivo passeio público.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000253-5

57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Beneficente de Campo Grande Santa Casa

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Inspeção VISA/MS 167/2016 pelo serviço de oncologia da Santa Casa de Campo Grande.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001799-0 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000204-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual dano ao erário público municipal de Paranaíba decorrente de desapropriação de área para instalação do Curso de Veterinária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, originado das diligências investigativas promovidas no bojo dos autos do Inquérito Civil n.º IC 001/2017/PJPPS.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000799-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Coxim e F.S. de Jesus Carvalho

Assunto: Apurar irregularidades na contratação de serviços de vigilância e de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos e de aparelhos de ar condicionado, pela Câmara Municipal de Coxim.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001792-4 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003559-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wainer Martins Martin

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da perturbação de sossego alheio em virtude da emissão alta de sons na denominada Conveniência Mister Red situada no município de Selvíria.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000654-2**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Averiguar possível ausência de Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar e Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico nos Centros de Educação Infantil do município de Inocência.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002312-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Presidente da Câmara de Vereadores do Municipal de Três Lagoas – MS e outro

Assunto: Apurar eventual ilegalidade e direcionamento em procedimento licitatório manejado pela Câmara de Vereadores de Três Lagoas de empresa de pesquisa pertencente ao Diretor do Grupo de Comunicação Agita Sr. Wesley Mendonça, com envolvimento do Diretor da Casa de Leis André Bacalá e do Presidente da Câmara André Bitencourt, contratação superfaturada que teria por finalidade promover desvio de verba para fomentar a companhia deste último a Deputado.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001865-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público nas causas e nas consequências dos graves e notórios problemas verificados na bacia do Rio Taquari.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001582-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: G10 Transportes Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental praticado pela empresa G10 Transportes Ltda., decorrente do despejo acidental de fertilizante às margens da Rodovia BR 163, km 784, nesta cidade de Coxim/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002125-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Neuro Bulhões de Almeida, Cibele Santos da Rosa Almeida, Marco Antônio Bulhões de Almeida, Cristina Margarida Koopman de Almeida

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda São João, em razão da supressão de 56,1837 hectares de vegetação nativa.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001484-9 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002558-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação das normas de regulação da pesca comercial na bacia Hidrográfica do Rio Paraná.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001243-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta situação de nepotismo na contratação de servidores pela Prefeitura Municipal de Miranda.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001330-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Coxim, Thiago Evaristo de Paula Pinto, Franciel Luiz de Oliveira, Rufino A. Tigre Neto, Álvaro Santana de Oliveira Junior, Luiz César de Araújo, Fátima Guenka Monteiro da Silva, José Carlos Santana e Lúcia Helena R. S. S. Oliveira.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na concessão de empréstimos pessoais a servidores públicos municipais por parte da Prefeitura Municipal de Coxim.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000611-6 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001342-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aroldo de Moura Pereira

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade do senhor Aroldo de Moura Pereira, em Bela Vista-MS, em razão da supressão vegetal de 3,44 hectares de vegetação nativa.

12. Inquérito Civil nº 06.2016.00000732-2

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de médicos pelo Município de Dourados e FUNSAUD.

13. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00013370-3

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Recorrente: Christian Bonilha Knoch

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual violação editalícia ao direito de ampla participação de candidatas gestantes nos concursos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado.

14. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002154-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Escola Estadual Guimarães Rosa

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a obra de reparação no muro e padrão de energia da Escola Estadual Guimarães Rosa.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001692-9

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 2º Ofício de Notas e Registro Civil da 1ª Circunscrição da Comarca de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar supostas irregularidades no reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva, em atenção aos Provimentos n. 63/2017/CNJ e 149/2017/TJMS.

16. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001695-1

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 9º Serviço Notarial e de Registro Civil da 2ª Circunscrição

Assunto: Averiguar supostas irregularidades no reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva, em atenção aos Provimentos n. 63/2017/CNJ e 149/2017/TJMS.

17. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002329-6 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

18. Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002439-5

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Assegurar o direito à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, providenciando vagas em creches.

19. Inquérito Civil nº 3/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na execução dos recursos financeiros repassados pela União, ao Município de Naviraí, em decorrência do Programa 2030 - ação 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no período de 01/01/15 a 30/06/16.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000407-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual impedimento para o exercício de função/cargo público na Administração Pública Municipal.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001493-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar a contratação, pelo Município de Nioaque/MS, sem o prévio procedimento seletivo de provas ou provas e títulos, de agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002195-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Martin Rolf Schroeder Spíndola

Assunto: Apurar eventual prática e responsabilidade quanto a ato de improbidade administrativa, consistente na cobrança de honorários por parte do advogado Martin Rolf Schroeder Spíndola em face de Carmela da Silva Salina, embora nomeado para atuar na qualidade de advogado dativo da exequente.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003473-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Eldorado

Assunto: Averiguar se o aparelho de mamografia, objeto do contrato nº 168/2013, celebrado com a empresa Jaraguá Mercantil Ltda.-ME está sendo utilizado pela administração pública.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002496-2

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sonia Ozuna Branco e outros

Assunto: Apurar notícia de eventual violação de direitos constitucionais da criança e do adolescente, por inobservância das regras básicas de funcionamento para estabelecimento de hospedagem, em Coronel Sapucaia/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003350-6

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar irregularidades no atendimento do Pronto-Socorro do Hospital Auxiliadora.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001130-1

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar se estão sendo disponibilizados serviços de saúde de atenção básica ao Projeto de Assentamento Estrela Campo Grande.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001410-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Anônimo

Requerido: Fabiano Melo Alves

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação pela Prefeitura de Selvíria da empresa Fabiano Melo Alves (contrato nº 30/18), mediante dispensa de licitação nº 21/2018.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001862-7

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim/MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Escola Municipal Antônio Torquato da Silva, localizada na comunidade "Jaurú", a qual se encontra em situação precária.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002715-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cleodomar de Oliveira Marçal

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,87 ha, sem autorização ambiental, ocorrido em propriedade rural identificada por CARMS nº 48.054, situada no município de Coxim/MS, de propriedade de Cleodomar de Oliveira Marçal.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00002395-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lídia Christian Massi de Brito e Artur Risso de Brito

Assunto: Conhecer das circunstâncias da autuação objeto do AI nº 001924/2017, por atividade no imóvel rural "Fazenda Todos os Santos", pertencente a Lídia Christian Massi de Brito e Artur Risso de Brito, bem como buscar as providências que se fizerem necessárias.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00000169-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00000271-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de supressão ilegal de vegetação na Fazenda Fênix, em Bonito/MS.

14. Inquérito Civil nº 06.2017.00000814-7 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000851-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Câmara Municipal de Ivinhema

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual omissão na instalação e no funcionamento das Unidades de Estratégia da Saúde da Família "Dos Ipês" e "Das Palmeiras".

16. Inquérito Civil nº 06.2018.00001365-4

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim / MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condições sanitárias do Instituto de Medicina e Odontologia – IMOL de Coxim apontadas por relatório de Vigilância Sanitária.

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00001498-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Obras, Prefeitura Municipal de Coxim/MS e AGESUL

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na recuperação asfáltica e reparos em galeria de drenagem pluvial no Bairro Santa Maria, sito na cidade de Coxim / MS, e a atos de improbidade administrativo daí decorrentes.

18. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001929-2

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida na boate do Rádio Clube Centro.

19. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002845-8

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cartório do 5º Tabelionato de Notas de Campo Grande

Assunto: Tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 5º Tabelionato de Notas da Comarca de Campo Grande.

20. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003112-0 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

21. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000199-5

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública Municipal.

22. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001106-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados/MS

Assunto: Apurar eventual atraso no pagamento do auxílio-doença aos servidores acometidos por enfermidades, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados – PREVID.

23. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00005520-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001298-4

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a existência de “Comissão de Verificação” nos editais de concursos públicos municipais para verificação presencial da autodeclaração prestada por candidatos negros ou pardos, bem como o critério (ascendência genética ou fenotípico) adotado nos editais para identificação racial dos cotistas.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002099-9 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000272-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Rogério Belini

Assunto: Apurar supostos danos ambientais oriundos de irregularidades autuadas pelo IMASUL no “Pesqueiro do Rogério”, localizado no município de Bonito/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000395-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Itamar Bilibio

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência da notícia de violação aos preceitos insculpidos no art. 32, inciso I, da Lei nº 12.527/11, pelo Prefeito Municipal de Laguna Carapã.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003177-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica Monte Castelo - A. Suetake Ótica

Assunto: Firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Ótica Monte Castelo (A. Suetake Ótica).

6. Inquérito Civil nº 44/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e a Plaenge Empreendimentos Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade da implantação de empreendimentos residenciais no bairro Santa Fé, em Campo Grande/MS.

7. Inquérito Civil nº 84/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade em locação de imóvel promovida pela Prefeitura Municipal de Selvíria.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 7/PGJ/2019 - Processo nº PGJ/10/0610/2019.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de revestimento acústico e instalação de carpete na Escola Superior do Ministério Público, em Campo Grande - MS, incluindo o fornecimento de todo o material necessário.

Vencedora: Demarka Decorações e Serviços Ltda. - ME, para o lote único, no valor total de R\$ 38.750,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 1º de abril de 2019.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 8/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/0700/2019) - SRP.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente (envelopes) e de acondicionamento e embalagem (caixas), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora/Preço Registrado: Rezende & Diniz Neto Ltda. - EPP, para o item 1 (R\$ 0,14). Não foram registrados preços para os itens 2 e 3.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 1º de abril de 2019.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 13/PGJ/2019 - SRP (Processo PGJ/10/0883/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (água sanitária, álcool, balde, detergente, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 15 de abril de 2019.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação da Pregoeira e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 01/04/2019:

- Pregoeira: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Lygia Mara Rosa da Silva.

- Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ e Divisão de Almoxarifado/PGJ.

Campo Grande, 1º de abril de 2019.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/0472/2019 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE MATO GROSSO DO SUL – FERTEL-MS, representado pelo Diretor Presidente – João Bosco de Castro Martins.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Mesa de impressora: 01 unidade

Mesa de canto: 01 unidade

Mesa de granito: 01 unidade

Mesa de madeira: 01 unidade

Mesa para computador: 01 unidade

Cadeira digitador: 02 unidades

Estante de aço: 02 unidade

Apoio para os pés: 02 unidades

Estação de trabalho/Mesa em “L”: 05 unidades

Mesa de reunião: 02 unidades

Impressora: 12 unidades

Suporte CPU: 02 unidades

Nobreak: 09 unidades

Poltrona Giratória: 01 unidade

Armário Alto: 01 unidade

Cavalete Flip Chart: 01 unidade

Tapete: 01 unidade

Data: 21.02.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 090/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0517/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **MODESTO & LEAL COMÉRCIO DE GÁS LTDA-EPP**, representada por **Janilson Modesto Leal**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000525, de 05.02.2019.

Vigência: 13.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001375 DE 28.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0568/2019.

Credor: MANDALA CONFECÇÕES EIRELI-EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 6/PGJ/2019.

Objeto: Aquisição de calça de passeio masculina, em tecido panamá na cor azul petróleo, 8 passadores de cinto, com dois bolsos dianteiros e dois bolsos na parte traseira, conforme modelo padrão Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Tamanhos: 38 ao 60. Conforme Figura 6 Anexo B, (item 1); camisa de passeio masculina, meia manga, em tecido “oxford” na cor cinza, com bandeira do Estado de Mato Grosso do Sul (lado direito) e brasão da Polícia Militar (lado esquerdo) afixados nas mangas, divisas e gola bordada, conforme modelo padrão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Tamanhos: 02 ao 06. Com divisas para as seguintes Patentes: Soldado, Cabo, 3º sargento, 2º Sargento, 1º Sargento. Conforme Figuras 4 e 5 do Anexo B, (item 2); camisa de passeio masculina, meia manga, em tecido “oxford” na cor cinza, com bandeira do Estado de Mato Grosso do Sul (lado direito) e brasão da Polícia Militar (lado esquerdo) afixados nas mangas, divisas e gola bordada, conforme modelo padrão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Tamanhos: 02 ao 06. Com divisas para a seguinte Patente: Subtenente. Conforme Figuras 4 e 5 do Anexo B, (item 3); sapato social masculino, confeccionado em couro, na cor preta, brilho médio, solado antiderrapante tipo Amazonas, com cadarço, conforme padrão da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul. Numeração: 37 ao 44. Conforme Figura 3 do Anexo B, (item 4); cinto de correia, em nylon, cor azul petróleo escuro, forma plana, lisa, tendo no mínimo 1200mm e, no máximo, 1300mm de comprimento, conforme modelo padrão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Conforme figura 02 do Anexo B, (item 5); cinto de guarnição, confeccionado em nylon 600, cor preta, composto com reforço de sustentação interna em borracha EVA de 50mm x 5mm, tipo flutuante, com fechamento em dupla retenção, uma em velcro de 50mm e outra em fivela plástica do tipo encaixe, na cor preta. Composto de: Coldre tipo “low ride” (saque baixo) com retenção dupla e fechamento do tipo parafuso rosqueável, em nylon 600, com acabamento em couro; baleira em nylon 600 fechada, para 12 cartuchos, com fixação de cinto ajustável; porta algemas em nylon 600, do tipo sanfona fechada, com sistema de velcro de 50mm; e, porta bastão; fecho de metal tipo NA, cor preta, tamanho único. Conforme modelo padrão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, (item 6) e boina (tipo francesa), confeccionada em feltro, na cor preta, conforme modelo padrão da Polícia Militar do Estado Mato Grosso do Sul, com o brasão da Corporação de acordo com o posto e graduação do Militar. Tamanhos: 54 ao 62. Conforme figura 01 do Anexo B, (item 70).

Valor: R\$ 62.510,00 (sessenta e dois mil, quinhentos e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001375 de 28.03.2019.

Amparo Legal: Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO ESPECIAL

Extrato do **Termo de Cessão de Uso Gratuito de Bem Público Especial**, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Banco do Brasil S.A.

Processo nº PGJ/10/3704/2018;

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **BANCO DO BRASIL S/A**, representado por seu Gerente Geral, **Lucimar Lacerda de Melo**.

Objeto: Cessão de uso, a título gratuito, de espaço medindo aproximadamente 4 m², com instalações elétrica e telefônica, para a instalação de 2 (dois) totens de autoatendimento bancário do Banco do Brasil, no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Vigência: 21.03.2019 a 21.03.2020.

Data da assinatura: 21.03.2019.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do **Termo de Cooperação Técnica** celebrado entre o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**; e a **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**, representada por seu Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, **Antonio Carlos Videira**.
Processo nº PGJ/10/1317/2019

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; e da Resolução/SEJUSP/MS/Nº601, de 24 de maio de 2012.

Objeto: Promover a troca eletrônica de informações entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, permitindo a integração eletrônica de sistemas e o acesso às informações constantes do banco de dados do Sistema SAJ MPMS e do Sistema SIGO, sob responsabilidade dos partícipes, por meio de *webservice*.

Vigência: 21.03.2019 a 21.03.2021.

Data da assinatura: 21.03.2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/PGJ/2018.

Processo PGJ/10/1858/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME**, representada por **Marcia Cristina Maciel da Silva**.

Fundamento legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Substituição da Marca/modelo: SEAGATE/BARRACUDA ST500DM009 do item 3 - Hard Disk (Disco Rígido), Interno, interface SATA 3, 7200 RPM, taxa de transferência de no mínimo 6Gb/S, cache: 32MB ou superior, pela Marca/modelo: Western Digital/WD10EZEX e, conseqüentemente, a capacidade de armazenamento para 1TB (um terabyte), sem ônus para o erário público.

Vigência: 28.03.2019 a 16.08.2019.

Data da assinatura: 28 de março de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****EDITAL N. 06.2018.00002838-0**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2018.00002838-0 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº. 06.2018.00002838-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eldorado Brasil S/A

Assunto: Apurar denúncia de derrubadas de matas nativas e madeiras de lei, bem como descarte irregular de embalagens plásticas, sacos plásticos, venenos e adubos, entre outros.

Três Lagoas – MS, 28 de março de 2019.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL Nº 0009/2019/01PJ/CXM

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0002/2019/01PJ/CXM nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00002418-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002418-0

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Município de Coxim e Fundação Estatal de Saúde do Pantanal – FESP.

Objeto: A regularização da contratação de empregados para o exercício das atividades do Hospital Regional de Coxim (Hospital Álvaro Fontoura Silva), haja vista que os COMPROMISSÁRIOS reconhecem que os contratos celebrados pela Fundação Estatal de Saúde do Pantanal para a execução de diversas atividades, há muito tempo vêm sendo efetivadas em desacordo com a Constituição Federal, a qual, no seu art. 37, inciso II, exige a regra geral do concurso público, cujas exceções são explicitadas pela própria Carta Magna.

Conteúdo do TAC: “Os Compromissários assumiram a obrigação de promover a exoneração de 05 empregados temporários e, diante da notória crise econômica que atualmente atravessa o Hospital Regional de Coxim, promoverá a execução das atividades hospitalares com o número máximo de 215 empregados, até a conclusão de todas as obrigações ajustadas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, salvo a ampliação da oferta de serviços mediante contratação, com a respectiva fonte de custeio a ser devidamente informada nestes autos; a seleção para contratação temporária será feita por meio de procedimento seletivo ou concurso mediante adoção de critérios objetivos. Os Compromissários se obrigaram a juntar nos autos, no prazo de 60 (sessenta) dias, estudo com a indicação de plano de cargos e remunerações e plano diretor de desenvolvimento de recursos humanos, nos termos do art. 23, do Estatuto da Fundação Estatal de Saúde do Pantanal; após o cumprimento deste item, os COMPROMISSÁRIOS, no prazo de 90 (noventa) dias, deverão promover a criação dos cargos/empregos mediante a publicação de lei formal e deflagrar o concurso público com a publicação do edital para provimento de todos os cargos/empregos vagos existentes, bem como aqueles ocupados irregularmente por servidor público contratado temporariamente ou prestador de serviço. Concluído o concurso público, que deverá ter o seu resultado homologado no prazo máximo de 06 (seis) meses, os COMPROMISSÁRIOS deverão efetivar as devidas nomeações e posse dos aprovados, no prazo de 03 (três) meses, com a consequente exoneração dos servidores/empregados contratados sem concurso público. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas sujeitará os COMPROMISSÁRIOS no pagamento de multa de 100 (cem) UFERMS por cada uma das obrigações inadimplidas, incidindo ainda, cumulativamente, em relação a cada obrigação não cumprida, a multa de 50 (cinquenta) UFERMS por dia de atraso. As multas deverão ser recolhidas ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Coxim.

Data de celebração do TAC: 11 de março de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 0001/2019/01PJ/FSU**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n. 01/2019, referente aos documentos da 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, nos termos do disposto no art. 12, da Resolução n. 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, localizada na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Fátima do Sul/MS, 28 de março de 2019.

RODRIGO CINTRA FRANCO

1º Promotor de Justiça em Substituição Legal

PROVENIÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul)			PROCEDÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul)		
Órgão Setor: 1ª PJ de Fátima do Sul			Órgão Setor: 1ª PJ de Fátima do Sul		
LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N. 01/2019					
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
200	000.001	Controle de processos e correspondências	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06.11.2018, uma vez que os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2005	2016
200	000.002	Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc.)		2003	2016
200	000.003	Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.)		1996	2016
200	005	Controle de carga de inquéritos		2007	2014
200	059	Relatório de atividades - mensal		2001	2013
200	013	Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões, etc.)		2004	2016
200	033	Termos de homologação de rescisão de contrato de trabalho		1994	1998
200	060	Mapa de efetivo carcerário		2004	2009
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Everaldo Almeida dos Santos – Técnico I 28/03/2019					

MIRANDA

EDITAL Nº 009/2019

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2019.00000481-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena.

Assunto: apurar eventual irregularidade em procedimento licitatório para a reforma do ginásio municipal de Bodoquena-MS.

Miranda/MS, 29/03/2019.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0009/2019/01PJ/MUV

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000479-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório N.º 06.2019.00000479-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município Mundo Novo, América Latina S/A. - Distribuidora de Petróleo.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na transmissão de titularidade, pelo Município de Mundo Novo-MS à empresa América Latina Petróleo LTDA, dos lotes de matrículas 576 e 914, Gleba 01, situados neste Município, bem como averiguar se a municipalidade adotou as medidas necessárias para receber os valores definidos no acordo homologado judicialmente envolvendo os mencionados imóveis.

Mundo Novo/MS, 01 de abril de 2019.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL N.º 0004/2019/01PJ/NVR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Júlio Soares de Souza Filho, nº 25, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000518-0/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público Estadual - 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí/MS

Requerido: a apurar

Assunto: apurar o contido no auto de infração 20833, consistente em incêndio em área de Reserva Legal na Fazenda Bonito.

Naviraí, 01 de abril de 2019.

DANIEL PIVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANASTÁCIO

NÚMERO MP: 06.2018.00002202-0

Edital N. 0003/2019/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2018.00002202-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2018.00002202-0;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Anastácio;

Assunto: apurar possível infração político-administrativa por descumprimento de decisão judicial (Autos N. 0900008-87.2017.8.12.0052).

Anastácio, em 20 de fevereiro de 2019.

MATEUS SLEIMAN CASTRIANI QUIRINO

Promotor de Justiça.

RIO NEGRO

EDITAL N.º II/2019

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00000570-3, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00000570-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco de Paula Ribeiro Júnior

Assunto: Apurar eventual renúncia de receitas por parte do Chefe do Poder Executivo de Rochedo, decorrente de negligência no tocante à fiscalização e cobrança de tributos municipais, notadamente o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Rio Negro, 29 de março de 2019.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

SONORA

INQUÉRITO CIVIL Nº MP 06.2017.00000366-3**RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade, um dos pilares que devem sustentar a atuação do administrador público, no conceito de Celso Antônio Bandeira de Mello, “traduz a ideia de que a administração tem de tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismo, nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa [...] o princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou isonomia.” (Curso de Direito Administrativo, 26.ª ed.p.114);

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil n. 06.2017.00000366-3, na Promotoria de Justiça de Sonora, que tem como objeto “Apurar possíveis ilegalidades e atos de improbidade administrativa daí decorrentes, tendo em vista a revogação de critérios objetivos de classificação dos editais que regularam a contratação de professores temporários em Sonora-MS, para o ano letivo de 2017.

CONSIDERANDO que os documentos que instruem o inquérito civil em apreço demonstram que o Município de Sonora e sua Gerência de Educação não se valeram de critérios objetivos previamente estabelecidos suficientes a assegurar a paridade de condições na concorrência pelos interessados no processo seletivo para contratação de professores temporários no ano de 2017;

CONSIDERANDO que a falta de obediência aos princípios norteadores da Administração Pública, notadamente a impessoalidade nas escolhas e igualdade no trato dos administrados, dá ensejo à violação de direitos sociais constitucionalmente assegurados e constitui flagrante lesão aos interesses difusos e coletivos dos munícipes, suscitando, desse modo, a atuação do Órgão Ministerial incumbido de sua defesa;

CONSIDERANDO que a falta de obediência aos princípios norteadores da Administração Pública, não apenas viola os direitos dos administrados, mas acarreta prejuízo à própria imagem da Administração, ferindo sua moralidade frente à sociedade e tornando conteste sua probidade, suscitando, em face dos administradores, as sanções da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n. 8.429), sobretudo o que preceitua seu art. 11, segundo o qual, *in verbis*:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...].

O Ministério Público Estadual, por seu promotor de justiça que ao final subscreve, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.0625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à adequação dos atos praticados pela Administração Pública do Município de Sonora/MS aos ditames constitucionais e legais, RECOMENDA:

- Ao Município de Sonora/MS, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Enelto Ramos da Silva;
- e
- À Gerência Municipal de Educação, na pessoa da Senhora Gerente Grazielle Souza da Luz:
 - a utilização permanente de critérios objetivos para a contratação de profissionais temporários da educação, servindo-se de regulamento previamente criado por órgão competente ou, na sua falta, por regulamento interno capaz de garantir a observância dos princípios norteadores da administração pública, notadamente a impessoalidade e o respeito à igualdade, garantindo-se aos interessados paridade de condições de concorrer às vagas disponibilizadas e contratações obedientes à ordem de classificação do processo seletivo;

Por fim, nos termos do art. 45, caput e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que os recomendados respondam, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

Sonora, 26 de março de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça